

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

CARLA DO ESPÍRITO SANTO¹

EDAYZA LACERDA CASTRO²

EVELLYN CARNEIRO DA SILVA³

PAULA ATAÍDE⁴

TAYANE BRABO⁵

VITÓRIA VASCONCELOS⁶

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar como se desenvolve o trabalho do assistente social no atendimento a alunos com deficiência nas escolas públicas do estado do Pará, investigando suas principais demandas, instrumentais técnicos, desafios enfrentados e contribuições para a inclusão educacional. Essa problemática surgiu após a constatação de uma certa deficiência do número de profissionais presentes nas instituições educacionais, principalmente as de base. Desse modo, para o desenvolvimento desse estudo foi selecionada o tipo de pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, tendo como base o estudo de caso (SEDUC/PA), entrevista com assistente social da SEDUC/PA e pesquisa bibliográfica com foco na política de educação (básica), no trabalho do assistente social na política de educação (básica) e em escolas públicas com alunos com deficiência.

Palavras-Chave: Educação inclusiva, pessoa com deficiência, política de educação, educação básica, serviço social.

ABSTRACT: This research aims to analyze how is developed the work of social workers in the support of students with disabilities in public schools in the state of Pará, investigating the main demands, technical tools, job challenges and their contributions to educational inclusion. This issue emerged after the realization of a shortage of professionals in educational institutions, especially at the basic education level. Therefore, for the development of this study, the exploratory research was selected, in the qualitative approach. The instruments used were a case study (SEDUC/PA), an

¹ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: carlacris0609@gmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4515863859830458>.

² Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: edayzal@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4851015222403816>.

³ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: evy1104.silva@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7012535377505338>.

⁴ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: ataidepaula725@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5214430757616524>.

⁵ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: tayanecab@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6025641418927087>.

⁶ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: vitoriavasconcelos0@gmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7363876569109271>.



interview with a social worker from SEDUC/PA, and a literature review focused on education policy (basic education), the social worker role in basic education policy and in public schools with students with disabilities.

Keywords: Inclusive education, people with disabilities, education policy, basic education, social work.

INTRODUÇÃO

As expressões da questão social são manifestações estabelecidas pela contradição entre a burguesia e o proletariado. Logo, umas das principais atribuições do assistente social é a mitigação dessas expressões através de intervenções que perpassem o assistencialismo e a caridade, rompendo com as imposições delegadas pelo sistema capitalista, visando justiça e equidade social. Desse modo, as políticas públicas surgem não apenas como uma resposta, mas também como um instrumento para a democratização e asseguramento dos direitos sociais estabelecidos constitucionalmente, sendo a política de inclusão na educação básica o foco deste trabalho.

A educação especial passa a ter sua regulamentação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/1996, sendo ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069/1990, que garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição. Contudo, dentro de uma perspectiva integracionista, ou seja, a adaptação partia do aluno, não proporcionava meios para que o discente se desenvolvesse e alcançasse sua independência, impondo uma espécie de meritocracia visto que sua integração dependeria de sua “superação”.

É a partir da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015, que a inclusão passa de fato a ter seu reconhecimento, já que através dessa lei se assegura e legitima o direito da pessoa com deficiência visando à sua inclusão social e cidadania, consequentemente o direito da inserção da pessoa com deficiência no meio escolar torna-se um direito reconhecido por lei.

Essa mudança, que visa a adaptação das instituições e dos profissionais, está em consonância com as diretrizes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), que orienta a implementação da educação inclusiva nas escolas, com o objetivo na



garantia de direitos e na promoção de autonomia dos alunos com deficiência. Assim, ocorre uma ruptura com a perspectiva integracionista pois diante desse novo panorama a adaptação deve ocorrer nas instituições e nos profissionais, ou seja, as condições de ensino devem ser justas a todos, sem distinção ou exclusão.

Vinculando ao contexto Amazônico, no Pará são desenvolvidas ações, por meio da Secretária de Educação (SEDUC), objetivando a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, essas, porém, não suportam efetivamente as demandas tanto dos alunos quanto dos profissionais da área. Como resultado, há uma certa ineficácia na prática da educação inclusiva, seja pela falta de organização institucional escolar, no direcionamento psicopedagógico, de acolhimento para com esses alunos e/ou ausência de profissionais qualificados nessa área.

Portanto, mediante o exposto, levantou-se o seguinte questionamento “Como é realizado o trabalho profissional da/o assistente social com alunos com deficiência nas escolas públicas do estado do Pará?”, a fim de compreender os desafios que são apresentados diante das demandas, como a atuação do assistente social tem impactado dentro do contexto escolar inclusivo e como as dimensões do serviço social estão sendo articuladas nesse campo profissional.

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo foi utilizada a pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com foco em um estudo de caso na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA). A pesquisa se desenvolveu por meio de uma revisão bibliográfica, com análise de artigos, livros, teses e dissertações, abordando temas como a política de educação básica, o papel do assistente social na política educacional, e a atuação desse profissional nas escolas públicas com alunos com deficiência. Além disso, foi realizado uma pesquisa de campo, consistindo em uma entrevista com uma assistente social da SEDUC/PA, para compreender a atuação desses profissionais nesse contexto específico.

A utilização da pesquisa documental também desempenha um papel fundamental ao analisar e interpretar as leis que garantem a inclusão, proteção, participação e bem-estar dos alunos com deficiência. Ademais, a entrevista se revela um instrumento essencial, pois, quando aplicada de



maneira eficaz, amplia as possibilidades de uma atuação integrada do assistente social junto a esses estudantes. “É importante que o assistente social se organize para realizar a entrevista, considerando que sua ação esteja sustentada pelos eixos teórico, técnico e ético-política” (Lewgoy e Silveira, 2007, p. 236).

DESENVOLVIMENTO

O sistema capitalista tem como um de seus preceitos a segregação de corpos e classes sociais, assim aqueles que fogem ao padrão estabelecido socialmente tendem a ser marginalizados e/ou excluídos, corroborando no processo de invisibilização desses sujeitos. Nesse contexto, a concepção sobre deficiência é um reflexo histórico, predominante desde a Antiguidade, ao considerar as pessoas com deficiência empecilhos para sociedade e um impedimento ao convívio no meio social. Por ser uma expressão da questão social deve ser entendida como uma categoria socialmente criada, enraizada nas desigualdades impostas pelo sistema capitalista e vinculada a fatores históricos, econômicos e sociais.

Nesse viés, o profissional do serviço social é apresentado como um agente essencial para a promoção da educação inclusiva através de práticas como a atuação no atendimento a famílias, na mediação entre escola e comunidade, e na articulação de redes socioassistenciais. Contudo, limitações estruturais e materiais, bem como a sobrecarga de políticas públicas, comprometem a atuação, principalmente devido à redução de investimentos nessas políticas. A luta por recursos e a resistência para a implementação de mudanças estruturais são barreiras contínuas no caminho para a educação justa e inclusiva.

Cronemberger e Teixeira (2017), pontuam, que historicamente, tanto no âmbito nacional quanto internacional, crianças e adolescentes foram marginalizados no que diz respeito às regulamentações da convivência familiar e comunitária. Muitas vezes rejeitados e ignorados, direcionados a abrigos superlotados, sem qualquer garantia de cuidado adequado ou inserção social. No Brasil, voltando-se para o tema da educação inclusiva, as primeiras políticas públicas voltadas para essa população seguiram uma lógica punitiva e higienista, tratando a deficiência um problema a ser isolado, e não como uma característica que proporciona inclusão e acessibilidade.

Logo, o assistente social, como categoria profissional plural, atua em diversos âmbitos para além da assistência, se fazendo presente na habitação, movimentos sociais, sociojurídico, educação, entre outros setores. A criticidade na conduta do assistente social deve ser atrelada a dimensão ético-política da profissão, viabilizando voz as pessoas com deficiência, atuando na promoção dos direitos sociais desses sujeitos e garantindo equidade, inclusão, diversidade e, principalmente, respeito dentro dos espaços sócio-ocupacionais. Por conseguinte, como o objeto de pesquisa do serviço social é o sujeito, geralmente a política social é construída, em grande parte, pelos assistentes sociais.

Diante disso, é fundamental destacar o impacto da política de atuação do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) nas escolas. Esse programa tem como objetivo identificar e enfrentar as dificuldades perpassadas pelos alunos com deficiência, promovendo maior inclusão educacional. Sendo o maior benefício em termos orçamentários no Brasil, o BPC garante um auxílio financeiro equivalente a um salário-mínimo para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Contudo, apesar de apresentar avanço significativo para a inclusão, ainda há desafios.

Segundo Beserra (2022), o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, instituído pela Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, do Governo Federal, busca certifica-se de alguns eixos desses alunos, como a garantia na escola até 18 anos. Para isso, procura-se técnicas que superem os desafios ao longo do processo educacional. O autor também pontua que o programa viabiliza a capacitação profissional, desenvolve os vínculos familiares para as contribuições de uma rede de apoio e promove atividades socioeducacionais que beneficiam o aprimoramento integral dos beneficiários.

A presença do Serviço Social e da(o) assistente social na tessitura das instituições, por onde materialidade do seu fazer profissional se corporifica, configura-se em um campo de tensionamento entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ou seja, como dimensões diferentes e complementares, dialeticamente falando (Amoras e Pontes, 2022, p. 401).

Assim, através da educação, objetiva-se a mitigação das expressões da questão social e suas formas de opressão a fim de reestabelecer o fortalecimento social, identitário e a resistência dos sujeitos. Mediante isso, a implementação de leis direcionadas a educação inclusiva são imprescindíveis na garantia de direitos ao assegurar constitucionalmente o acesso à educação e



inclusão da criança com deficiência no contexto escolar, principalmente através da Lei Brasileira de Inclusão, ao romper com a ótica integracionista educacional e consolidar a inclusão em sua essência.

Com base na implementação de políticas públicas para a inclusão no contexto escolar, a educação se torna, portanto, um campo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Durkheim, ao debater sobre a educação, enfatiza que ela possui uma função vital na integração social, uma vez que contribui na formação dos indivíduos e garante a coesão social. Nesse sentido, a educação inclusiva contribui e fortalece esse conceito de coesão social trazido pelo autor, pois promove o debate da aceitação e integração de todas as pessoas e oferece a aprendizagem no ambiente escolar independentemente de suas limitações.

Alinhado a essa perspectiva do sociólogo, a implementação de políticas públicas como a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) surge como um marco fundamental para a garantia de inclusão nas escolas. A PNEEPEI, criada com o intuito de ampliar a promoção da educação inclusiva de qualidade, visa assegurar o atendimento e acolhimento das necessidades dos estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista e outras condições e proporciona um ambiente educativo que respeita e atenda suas especificidades.

A política busca a adaptação das escolas, a formação continuada dos professores, e os demais profissionais, para que haja um atendimento educacional especializado e garanta a acessibilidade nos mais diversos espaços da escola. Assim eliminando barreiras que dificultam o pleno acesso a educação como um todo, ainda que desafiadores, os resultados da implementação dessa política demonstram progressos muitos significativos e isso reflete diretamente no avanço na luta pela equidade de direitos e oportunidades para todos os estudantes. “[...] A criança com deficiência passa a ser sujeito de direitos que devem ser colocados em prática, pois estes compõem princípios de direitos humanos, essenciais para qualquer ser humano sem distinção [...]” (Souza, Freitas e Cardoso, 2023, p. 8).

Nesse sentido, a atuação do assistente social torna-se essencial para a efetivação da PNEEPEI, pois a profissão contribui ativamente na articulação das redes de apoio, na mediação entre escola, família e sociedade e no enfrentamento dos desafios que dificultam o processo de inclusão escolar. A partir do seu compromisso ético-político, o assistente social trabalha para garantir que as políticas públicas sejam implementadas e efetivadas, assegurando que os direitos educacionais dos alunos com deficiência sejam respeitados e promove estratégias que minimizem os obstáculos



enfrentados por esses estudantes. A profissão, ao ter sua presença na esfera educacional, é fundamental para o processo de orientação sobre as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, visando uma educação pública, presencial e de qualidade enquanto direito social.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e um dever do Estado garanti-la sem restrições. No entanto, a realidade vivida por muitas crianças e adolescentes com deficiência é bem diferente, permeada por diversos obstáculos que impedem o pleno acesso a esse direito. Esses impedimentos decorrem tanto de limitações físicas e/ou mentais, quanto dos estigmas já enraizados na sociedade.

Esses estigmas são recorrentes dentro do círculo familiar, representando um desafio significativo para a profissão, já que a família muitas vezes não aceita e impõe limitações aos estudantes. Problemas como bullying e abusos, vivenciados pelos alunos no ambiente escolar, em casa ou até mesmo em interações com profissionais não confrontados, representam um grande fator de constrangimento. Essas experiências negativas não impactam apenas o bem-estar emocional dos estudantes, mas também comprometem seu desenvolvimento acadêmico e social. Nesse contexto, a atuação do assistente social é essencial para intervir no processo de sociabilização, promovendo a disseminação de informações que desconstruam esses paradigmas.

É válido enfatizar que a educação familiar se torna fundamental nesse processo, pois é nesse núcleo que o aluno desenvolve suas primeiras convicções, o que ao longo da sua vida pode de fato modificarem-se, mas, sobre a existência de indivíduos que possuem certas limitações físicas ou necessidades mais específicas e que nem por isso eles deixam de ser pessoas, e que precisam receber o devido respeito tem que ser imutável. Outro ponto importante a respeito das famílias, em particular aquelas que convivem com alunos com deficiência, é que é preciso conscientizar-se sobre as limitações da intervenção do assistente social e da instituição de ensino, pois nem tudo é cargo desses agentes; além disso, a colaboração do núcleo familiar precisa ser mais ativa, facilitando a vida dos envolvidos.

Além disso, há uma necessidade de profissionais qualificados e estruturas seguras que atendam as demandas dos alunos na educação básica, logo, é indispensável que a instituição de ensino se certifique que o relacionamento social entre os alunos seja respeitoso e inclusivo, proporcionando um ambiente saudável e acolhedor, facilitando assim o aprendizado para ambos. Nesse caso, Souza, Freitas e Cardoso (2023) defendem a utilização de palestras abordando temas como inclusão, direitos



humanos e solidariedade podem contribuir para ampliar a percepção das pessoas participantes da instituição, enquadrando alunos, funcionários e professores.

É importante pontuar que a atuação multiprofissional envolvendo assistentes sociais, psicólogos, e a própria gestão pedagógica da instituição de ensino, é um instrumento primordial na intermediação das contradições dentro do ambiente escolar como evasão escolar; bullying; e até mesmo violência no meio escolar ou em casa. Portanto, a partir da relação entre esses profissionais e o usuário é possível analisar, definir e encaminhar as demandas de acordo com o que os alunos e/ou a família dos discentes buscam.

Porém, um dos principais desafios enfrentados pelo assistente social é a resistência das famílias em aceitar e buscar apoio para seus filhos. A negligência das famílias em não utilizar os recursos disponíveis nas redes de serviços, como as usinas da paz, que oferecem terapias e atendimento psicoterapeuta, é um obstáculo significativo. Além disso, a gestão escolar também enfrenta desafios em proporcionar uma infraestrutura adequada para esses alunos, incluindo a falta de planejamento de atividades inclusivas, a carência de intérpretes de libras e a necessidade de profissionais de apoio em sala de aula, o que pode impedir que esses alunos tenham acesso à educação de qualidade.

“No acolhimento, o foco da atuação do assistente social é o trabalho com a família buscando a reintegração familiar como prioridade. Contudo, o trabalho a ser realizado com a família de origem ainda é esporádico, assistemático, um trabalho que reflete as contradições de competência técnico-operativa e normativa” (Cardoso e Teixeira, 2017, p. 87).

Para que as mudanças normativas sejam, de fato, aplicadas, é necessário que os profissionais se comprometam com a efetivação dos direitos. A interseccionalidade dos serviços sociais, educacionais e de saúde são essenciais para assegurar a inclusão desses jovens na escola e na sociedade, auxiliando no desenvolvimento pessoal e intelectual. Apenas por meio de ações concretas e integradas será possível superar lacunas entre legislação e realidade.

RESULTADOS



O estudo de caso, focado na área da educação básica, foi conduzido por meio de uma entrevista com Cristiane Silva, assistente social na Secretaria de Educação do Estado do Pará desde 2023. A profissional atua no programa 'Escola Segura', que tem como objetivo combater a violência no contexto escolar. Cristiane enfatiza que a parceria entre o assistente social e o psicólogo é imprescindível para a construção de uma educação inclusiva pois essa colaboração mútua e integrada permite uma abordagem mais eficaz no atendimento às diversas necessidades dos alunos.

Enquanto o psicólogo desempenha um papel fundamental no acompanhamento psicológico e emocional direto dos estudantes, o assistente social se concentra no apoio à rede familiar, auxiliando na identificação e no enfrentamento das condições socioeconômicas e familiares que podem impactar o desempenho e bem-estar dos alunos. Dessa forma, a atuação conjunta dessas duas áreas profissionais cria um suporte abrangente, que não só atende às demandas individuais dos estudantes, mas também contribui para um ambiente escolar mais acolhedor e integrador.

Na entrevista foi evidenciado como o acolhimento e a escuta da família e do próprio aluno são elementos indispensáveis para as tomadas de decisões do assistente social, possibilitando identificar as necessidades do estudante, facilitando o direcionamento da abordagem para melhor atender a demanda. Segundo Lewgoy e Silveira (2007), a técnica do acolhimento, essencial no primeiro momento da entrevista, muitas vezes corre o risco de ser banalizada, no entanto, sua efetividade depende da comunicação clara sobre os temas a serem envolvidos com o usuário, bem como da escolha cuidadosa das palavras, evitando termos pejorativos. Esses aspectos, quando bem aplicados, resultam em uma abordagem mais humanizada e para uma “intervenção resolutiva”.

Além disso, é válido ressaltar que a escola, enquanto agente de educação, também deve agir como agente de inclusão social, ajustando dinâmicas e/ou espaço que atendem ou que busquem atender da melhor forma os alunos que possuem necessidades mais específicas. De outro modo, em alguns casos a família torna-se um agente que impossibilita ou dificulta o desenvolvimento próprio do aluno por meio da falta de autonomia; ocorre também a resistência do núcleo familiar em relação aos encaminhamentos dos profissionais, de modo que não se realiza de maneira "correta", dificultando ainda mais o diálogo entre a escola e a família.

A assistente social também destaca a importância dos instrumentos técnicos e metodológicos utilizados no acompanhamento desses alunos, como a ficha de atendimento psicossocial, que desempenha um papel fundamental na organização do perfil e das demandas de cada estudante. Para



ela, essa ferramenta é essencial para sistematizar as informações, além de orientar os encaminhamentos e os suportes necessários para atender às necessidades individuais dos alunos.

O relatório gerado a partir dessas fichas é um documento crucial, especialmente quando envolve a notificação de casos de violência à Secretaria de Educação (SEDUC), ao Ministério Público ou ao programa Pro Paz Integrado, que é responsável pelo atendimento a crianças vítimas de violência sexual. Esse relatório contém relatos detalhados e pareceres técnicos, sendo tratado com a máxima confidencialidade, pois é um documento sigiloso e restrito, não acessível ao público.

Nesse viés, observa-se que é imprescindível que os instrumentos e técnicas sejam aplicados de maneira adequada e eficaz, uma vez que são fundamentais para a análise das situações que se apresentam e para a intervenção nas demandas sociais. A eficácia do trabalho no campo do Serviço Social depende diretamente da utilização criteriosa e reflexiva dessas ferramentas, pois são a partir delas que os profissionais conseguem compreender a realidade social, identificar as necessidades da população e desenvolver estratégias de atuação que possam contribuir para a resolução dos problemas identificados.

Francisco (2018), destaca a relevância da dimensão técnico-operativa no Serviço Social, apontando como ela permeia todo o processo de atuação do profissional. A autora sublinha que a aplicação dos instrumentos e técnicas não se resume à sua utilização mecânica, mas envolve uma reflexão contínua e uma escolha estratégica das metodologias que se adequam às especificidades de cada situação. Nesse sentido, a atualização constante dos profissionais e a busca por práticas que considerem as transformações sociais e as novas demandas da população são apontadas como essenciais para garantir a qualidade e a efetividade da intervenção social.

Ainda durante a pesquisa de campo com a assistente social, ela menciona que, embora se dedique a atender da melhor forma possível as demandas dos alunos e buscar soluções adequadas para as necessidades da comunidade escolar, não realiza visitas domiciliares por não dispor de transporte adequado. Apesar de reconhecer a importância dessas visitas para um acompanhamento mais próximo e eficaz, a profissional não tem os meios necessários para realizá-las. Posto isto, Souza e Silva (2017) afirmam que se torna essencial articular a rede de serviços socioassistenciais juntamente com outras políticas públicas, essa integração contribui para superar a fragmentação tanto dos conhecimentos quanto das políticas, articulando um atendimento mais completo aos cidadãos.



Portanto, a assistente social adota uma estratégia para garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas. Ela encaminha os casos que demandam visitas domiciliares ou um acompanhamento mais aprofundado para instituições parceiras, como o Conselho Tutelar, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Essas instituições possuem a infraestrutura necessária, incluindo transporte adequado, o que possibilita a realização das visitas e a colaboração com a equipe da escola, esse encaminhamento para outros órgãos evidencia a importância da articulação entre os serviços de assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, portanto, buscou explorar a viabilidade e a importância da atuação do Serviço Social na educação inclusiva, destacando a necessidade de uma abordagem mais aprofundada sobre o tema na teoria da profissão. É fundamental que o Serviço Social, como profissão de direitos, assuma um papel mais proativo na promoção da inclusão educacional. Além disso, é essencial reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam diretamente com educandos com deficiência, a falta de profissionais em fortalecer suas habilidades e competências para uma atuação mais eficaz. A especialização profissional é essencial para desenvolver habilidades de comunicação mais diversificadas e inclusivas, permitindo que os profissionais atendam às necessidades de todos de forma igualitária. O aprendizado de Libras é um exemplo disso, e pode ser aplicado em diversos contextos, além do ambiente escolar.

Sua atuação é fundamental na construção de uma educação inclusiva que promove a conscientização sobre a temática e que contribui efetivamente na implementação de políticas públicas que atendam diretamente tais demandas, seja da pessoa com deficiência, seu núcleo familiar ou o ambiente escolar em que está inserido. Diante disso, se faz necessário enfatizar e ampliar o debate sobre a atuação profissional do assistente social no âmbito da educação, pois não é somente uma área de atribuições e deveres pedagógicos, mas também é um movimento em prol da inclusão de caráter social e político pois abrange as diversas expressões da questão social presentes no ambiente escolar.



Desse modo, a efetivação da educação inclusiva não depende somente da existência das políticas públicas como o BPC e a PNEEPEI, mas também do compromisso das instituições de ensino, dos profissionais e da sociedade como um todo. É necessário que o Estado amplie investimentos na formação dos docentes, na infraestrutura escolar e na articulação entre as políticas educacionais e assistenciais, garantindo que a inclusão aconteça de maneira plena. Além disso a desconstrução de estigmas e preconceitos é essencial para que a educação cumpra sua função como instrumento de transformação social, promovendo não só o acesso, mas também a permanência desses estudantes e a conscientização de uma sociedade anti-capacitista. Espera-se que este estudo contribua para uma maior conscientização e interesse sobre o tema, inspirando futuros profissionais a se dedicarem à causa da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Alcyone Da Silva. Desafios Do Serviço Social Na Educação Inclusiva. In: **XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**: Ceará, 2022.
- AMORAS, M.; PONTES, A. M. Antropologia e Serviço Social: interseccionalidade e a crise humanitária de 2020. **Ser Social**, v. 24, n. 51, p. 385-407, 28 jul. 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/42065
- BESERRA, Marcio do Santos. **Inclusão escolar de pessoas com deficiência**: Uma análise a partir do Programa BPC na Escola no município de Limoeiro do Norte/CE. 2022. 180f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Mossoró, 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 22 de fev. 2025.
- _____, **Estatuto da Criança e do Adolescente, nº 8.069/1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 22 de fev. 2025.
- _____, **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1994**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 22 de fev. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 mar. 2025.



BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CARDOSO, Ana Valéria Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. Serviço de acolhimento institucional e trabalho profissional do assistente social. In: TEIXEIRA, Solange Maria; MACEDO, João Paulo Sales (Org.). **Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional**. Teresina: EDUFPI, 2017.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. Direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional sob o crivo dos direitos humanos: limites e perspectivas. In: TEIXEIRA, Solange Maria; MACEDO, João Paulo Sales (Org.). **Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional**. Teresina: EDUFPI, 2017.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70 LDA, 2001.

FRANCISCO, Erica Aparecida dos Santos. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa no serviço social com enfoque nos instrumentos e técnicas. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n.1, 2018.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 2, pág. 233-251, jul./dez. 2007.

SOUZA, Leticia Chaves de; FREITAS, Rayssa Rodrigues; CARDOSO, Roseline de Sousa. **A Atuação do Assistente Social na Educação Especial**. Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF: Maranhão, 2023.

SOUZA, Lenara Antão de Alencar Ribeiro; SILVA, Sheila Kaline Leal da. **O Serviço Social e Educação Especial: Análise da atuação profissional no DEE do município de Marabá-PA**. IV congresso paraense de educação especial. Unifesspa: Marabá. Outubro/2017.